ATA DA 50ª (QUINQUAGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º (SEGUNDO)
PERÍODO DE 2013 DA CÂMARA
MUNICIPAL DE ITAGUAÍ – RJ

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Itaguaí, sito à Rua Amélia Louzada, nº 277 – Centro, reuniram-se os Senhores Vereadores para a 50ª Sessão Ordinária do 2º período do ano de 2013. Procedida à chamada nominal responderam presente os seguintes Vereadores: Nisan Cesar dos Reis Santos – Presidente; Marco Aurélio de Souza Barreto – Vice Presidente; Mirian Pacheco da Silva – 2ª Vice Presidente; Vicente Cicarino Rocha – 3º Vice Presidente; Noel Pedrosa de Mello – 1º Secretário; Carlos Eduardo Kifer Moreira Ribeiro – 2º Secretário; Abeilard Goulart de Souza Filho; Genildo Ferreira Gandra; Jailson Barboza Coelho; Márcio Alfredo de Souza Pinto e Roberto Lúcio Espolador Guimarães. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberta a presente Sessão e convidou o Ver. Marco Barreto a proceder a Leitura Bíblica: Pv. 29, 18-23. Em seguida, convidou o 1º Secretário para realizar a leitura da Ata anterior, que submetida a discussão e votação foi aprovada. Dando prosseguimento a Sessão, convidou o 1º Secretário a realizar a leitura dos expedientes. **Expedientes Recebidos: Requerimento de Comissão Parlamentar de Inquérito nº 01/2013:** Requer que seja deferida a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito, consoante formulado, em atenção aos princípios da publicidade, admitindo-se a produção de todos os meios de provas, na forma do Regimento. **Despacho:** À Procuradoria para emitir Parecer. Em 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Projeto de Lei** de autoria da Verª. Mirian Pacheco. Autoriza o Poder Executivo a instituir matéria curricular (atividades lúdicas) nas Escolas Municipais. **Despacho:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir parecer. Em 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Projeto de Lei** de autoria do Ver. Vicente Rocha. Dá denominação oficial a logradouro público localizado em Itaguaí, e dá outras providências. **Despacho:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir parecer. Em 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Projeto de Lei** de autoria do Ver. Marco Barreto. Diretrizes Para O Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável. **Despacho:** À Comissão de Constituição,

Justiça e Redação para emitir parecer. Em 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Projeto de Lei** de autoria do Ver. Marco Barreto. Estabelece diretrizes para o Plano Municipal de Cultura. **Despacho:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir parecer. Em 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Projeto de Lei** de autoria do Ver. Nisan César. Revoga a Lei nº 2.587, de 07 de novembro de 2006 e dá outras providências. **Despacho:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir parecer. Em 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Mensagem GP nº 040/13** de 16/10/13. Encaminhando Projeto de Lei que Cria a Escola Municipal de Dança. (a) Luciano Carvalho Mota - Prefeito. **Despacho:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir parecer. Em 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício GP nº 357/13** de 23/10/13. Remetendo a Lei nº 3.169/13 devidamente Sancionada para integrar arquivos da Casa. (a) Luciano Carvalho Mota - Prefeito. **Despacho:** Ciente. Em 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício GP nº 363/13** de 24/10/13. Remetendo a Lei nº 3.178/13 devidamente Sancionada para integrar arquivos da Casa. (a) Luciano Carvalho Mota - Prefeito. **Despacho:** Ciente. Em 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 417/2013** de 04/11/13. Resposta ao Ofício Procuradoria nº 023/13/13, informando que após averiguação no trecho foi constatado imperiosa necessidade de reparos na estrutura viária para evitar cometimento de infrações e que DNIT já executa reparos com propósito de solucionar o problema. (a) Helton Fernando Alves da Paixão – Chefe da 3ª Delegacia PRF/RJ - Itaguaí. **Despacho:** Ciente. Em 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 711/13/SMT** de 01/11/13. Resposta ao Ofício nº 362/13, informando a colocação da solicitação na programação. (a) Alex de Lucena Barboza – Secretário Municipal de Transporte. **Despacho:** Ciente. Em 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Telegrama nº 000355, 001166 /MS/SE/FNS** de 31/10/13. Informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde. **Despacho:** Ciente. Em 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Expedientes Expedidos: Ofício nº 383/13** de 30/10/13. Ao Exmº Sr. Luciano Carvalho Mota M.D. Prefeito. Encaminhando a Lei nº 3.171 que teve Veto parcial mantido para Promulgação. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 384/13** de 30/10/13. Ao Exmº Sr. Luciano Carvalho Mota M.D. Prefeito. Informando a aprovação da Indicação nº 238/13. (a) Nisan César dos Reis

Santos – Presidente. **Ofício nº 385/13** de 30/10/13. Ao Exmº Sr. Luciano Carvalho Mota M.D. Prefeito. Informando a aprovação da Indicação nº 239/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 386/13** de 30/10/13. Ao Exmº Sr. Luciano Carvalho Mota M.D. Prefeito. Informando a aprovação da Indicação nº 240/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 387/13** de 30/10/13. Ao Exmº Sr. Luciano Carvalho Mota M.D. Prefeito. Informando a aprovação da Indicação nº 208/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 388/13** de 30/10/13. Ao Exmº Sr. Luciano Carvalho Mota M.D. Prefeito. Informando a aprovação da Indicação nº 242/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 389/13** de 30/10/13. Ao Exmº Sr. Luciano Carvalho Mota M.D. Prefeito. Informando a aprovação da Indicação nº 243/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 390/13** de 30/10/13. Ao Exmº Sr. Luciano Carvalho Mota M.D. Prefeito. Informando a aprovação da Indicação nº 244/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. Terminada a leitura dos expedientes, o Ver. Carlos Kifer solicitou dispensa de interstício para as matérias do Executivo constantes de pauta. O Sr. Presidente destacou que a matéria em pauta é a Mensagem 040. O Ver. Carlos Kifer lembrou que existem outros dois projetos em tramitação nesta Casa. O Sr. Presidente esclareceu que as matérias citadas estão com pedido de vista dos Vereadores Genildo e Noel, que sequer receberam as mesmas. O Ver. Vicente afirmou que é o relator das matérias na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que foram protocoladas no prazo e lembrou que nos Projetos em regime de urgência não cabe pedido de vista. O Ver. Carlos Kifer esclareceu que as matérias com pedido de urgência tem vista apenas na Comissão, que o Presidente da respectiva Comissão marca o horário da reunião da mesma e o Vereador comparece para ter vista da matéria e frisou que existem matérias de extremo interesse do Governo que precisam ser apreciadas. Acrescentou que algumas matéria são aprovadas sem que sejam devidamente relatadas, matérias que são inconstitucionais e são consideradas constitucionais em que cabe ao Prefeito o ônus de vetar, pois os Vereadores estão apresentando Projetos de Lei que não são de sua competência. Solicitou que a Assessoria Jurídica da Câmara acompanhe de perto a Comissão de Constituição, Justiça e Redação para corrigir esses equívocos. O Ver. Marco Barreto afirmou que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação foi atropelada quando interessava em certos projetos e por respeito aos Vereadores a Comissão deixou que o andamento fosse ágil pela governabilidade e pediu que a

Procuradoria tome posição, que nenhum projeto permaneça nas mãos do Ver. Kifer e que seja respeitado o tramite legal. O Ver. Carlos Kifer disse que não está de posse de nenhum projeto e salientou que quando recebe alguma matéria ela tem parecer e explicou que questionou o fato de projetos inconstitucionais saírem com parecer pela constitucionalidade. Frisou que quando o clima é bom, tudo corre tranquilamente mas quando o clima está conturbado é preciso andar com mais cautela. O Sr. Presidente disse que colocará em votação as matérias da escola de música e da OS e concederá vista da mensagem 038 ao Ver. Genildo. O Ver. Noel lembrou que na Sessão anterior pediu vista da matéria mas não teve acesso a mesma, portanto não poderia saber que estava em regime de urgência. O Ver. Kifer salientou que citou tal fato mas o colega não deve ter prestado atenção e afirmou que tem pedido ao Prefeito que as matéria de interesse do Governo sejam enviadas com pedido de urgência para que tenha tramitação mais rápida. O Ver. Genildo, citando a Lei Orgânica e o Regimento Interno, afirmou que o Ver. Kifer está correto em suas colocações. O Sr. Presidente submeteu o pedido de dispensa de interstício a votação, sendo o mesmo aprovado. Realizou a leitura de ofício do seu partido, PSD, que parabeniza o novo presidente eleito do PT pela eleição. Solicitou que a Secretaria Legislativa envie Ofício ao Vice Governador do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, parabenizando pela vitória no pleito antigo da população de Itaguaí em relação ao horário de funcionamento das agências bancárias, citando o Ofício enviado pela FEBRABAN ao Vice Governador em 13 de setembro, comunicando que a partir do dia 2 de dezembro o horário de funcionamento dos bancos no Município passará a ser das 10hs às 16hs. Logo depois o Sr. Presidente passou à **Ordem do Dia** e solicitou que o 1º Secretário realizasse a leitura dos documentos constantes de pauta: **Requerimento nº 132/2013**: Moção de Congratulações e Elogios ao Comerciante Ivan dos Santos. (a) Abeilard Goulart de Souza Filho – Vereador. **Despacho**: Aprovado. Em 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Requerimento nº 133/2013**: Moção de Congratulações e Elogios a Primeira Igreja Batista em Agrovila Chaperó. (a) Abeilard Goulart de Souza Filho – Vereador. **Despacho**: Aprovado. Em 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Requerimento nº 134/2013**: Moção de Congratulações e Elogios ao Padre Deoclesio Danielli – Diretor do Patronato São José. (a) Nisan César dos Reis Santos – Vereador. **Despacho**: Aprovado. Em 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Indicação nº 245/2013**: Indico à Mesa

Diretora, após os trâmites regimentais, que seja oficiado ao Exm^o. Senhor Prefeito Luciano Carvalho Mota, que determine estudos de viabilidade do Órgão competente da Municipalidade, para inserção de uma lombada a Estrada dos Teixeiras, nº 214, bairro Jardim Laiá. Sala das Sessões, 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Vereador. **Despacho:** Aprovado. Em 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. O Sr. Presidente agradeceu a gentileza e a educação do Secretário de Trânsito e Transporte Alex Lucena em responder as solicitações dos Vereadores. **Indicação nº 246/2013:** Indico à Mesa Diretora, após os trâmites regimentais, que seja oficiado ao Exm^o. Senhor Prefeito Luciano Carvalho Mota, que determine estudos de viabilidade do Órgão competente da Municipalidade, para instalação de uma placa de ponto de ônibus na Rodovia Rio Santos, Km 35 em Coroa Grande. Sala das Sessões, 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Vereador. **Despacho:** Aprovado. Em 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Indicação nº 247/2013:** Indico à Mesa Diretora, após os trâmites regimentais, que seja oficiado ao Exm^o. Senhor Prefeito Luciano Carvalho Mota, que determine estudos de viabilidade do Órgão competente da Municipalidade, objetivando a implantação do Novembro Azul para promover a saúde integral do homem e alertá-los sobre a importância do diagnóstico precoce do câncer de próstata. Sala das Sessões, 12/11/13. (a) Marco Barreto – Vereador. O Ver. Marco Barreto afirmou que essa é a segunda causa de morte entre os homens no Brasil, citou dados estatísticos e pediu que a população masculina saia da posição de preconceito e enfrente a realidade. O Sr. Presidente destacou que a Vereadora Mirian apresentou o projeto do Outubro Rosa com meses de antecedência, com tempo para preparar a programação, conversar com a Prefeitura, buscar patrocínio e lembrou que já estamos no dia doze, questionando se não faltou planejamento. O Ver. Marco Barreto explicou que aprovou uma Lei de prevenção a saúde do homem em junho e não fez a indicação antes para evitar conflito de interesses. **Despacho:** Aprovado. Em 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Indicação nº 248/2013:** Indico à Mesa Diretora, após os trâmites regimentais, que seja oficiado ao Exm^o. Senhor Prefeito Luciano Carvalho Mota, que determine estudos de viabilidade do Órgão competente da Municipalidade, objetivando o recapeamento asfáltico e terraplanagem do buraco na Rua Darley da Cunha no Bairro Santana. Sala das Sessões, 12/11/13. (a) Marco Barreto – Vereador. **Despacho:** Aprovado. Em 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente.

Indicação nº 249/2013: Indico à Mesa Diretora, após os trâmites regimentais, que seja oficiado ao Exmº. Senhor Prefeito Luciano Carvalho Mota, que determine estudos de viabilidade do Órgão competente da Municipalidade, para realizar o conserto do telhado na Escola Municipal João Vicente Soares no Bairro Ibirapitanga. Sala das Sessões, 12/11/13. (a) Mirian Pacheco – Vereadora. **Despacho:** Aprovado. Em 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Indicação nº 250/2013:** Indico à Mesa Diretora, após os trâmites regimentais, que seja oficiado ao Exmº. Senhor Prefeito Luciano Carvalho Mota, que determine estudos de viabilidade do Órgão competente da Municipalidade, objetivando a construção de uma área de lazer com campo de futebol com gramado sintético, na Rua Aristotolina Silva Lino, antiga rua 03, Gleba "B" - Chaperó- Itaguaí, atrás da Escola Estadual Municipalizada Chaperó, na área do antigo Clube dos Trinta. Sala das Sessões, 12/11/13. (a) Carlos Eduardo Kifer Moreira Ribeiro – Vereador. **Despacho:** Aprovado. Em 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Indicação nº 251/2013:** Indico à Mesa Diretora, após os trâmites regimentais, que seja oficiado ao Exmº. Senhor Prefeito Luciano Carvalho Mota, que determine estudos de viabilidade do Órgão competente da Municipalidade, para realizar a pintura de "faixas vermelhas" junto às travessias de sinais de parada do trânsito e/ou locais pré-estabelecidos pela engenharia de competência da Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito. Sala das Sessões, 12/11/13. (a) Abeilard Goulart de Souza Filho – Vereador. **Despacho:** Aprovado. Em 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Indicação nº 252/2013:** Indico à Mesa Diretora, após os trâmites regimentais, que seja oficiado ao Exmº. Senhor Prefeito Luciano Carvalho Mota, que determine estudos de viabilidade do Órgão competente da Municipalidade, para construção de uma quadra poliesportiva no bairro Mazombinha. Sala das Sessões, 12/11/13. (a) Vicente Rocha – Vereador. **Despacho:** Aprovado. Em 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Indicação nº 253/2013:** Indico à Mesa Diretora, após os trâmites regimentais, que seja oficiado ao Exmº. Senhor Prefeito Luciano Carvalho Mota, que determine estudos de viabilidade do Órgão competente da Municipalidade, para construção de uma quadra poliesportiva no Bairro Teixeira. Sala das Sessões, 12/11/13. (a) Vicente Rocha – Vereador. **Despacho:** Aprovado. Em 12/11/13. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação:** Assunto: Projeto de Lei de iniciativa da Verª. Mirian Pacheco. Ementa:

Torna obrigatório o fornecimento por parte de shopping center, hipermercado ou similar de cadeiras de rodas para utilização por deficientes físicos. Relator: Vicente Rocha. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após analisar a matéria em epígrafe, opina pela sua Constitucionalidade. É o parecer. Sala das Comissões, 12/11/2013. (aa) Marco Barreto; Vicente Rocha; Carlos Kifer.

Despacho: A Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Prestação de Contas para emitir parecer. Em 12/11/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e**

Redação: Assunto: Projeto de Lei de iniciativa do Ver. Noel Pedrosa. Ementa: cria a Campanha Municipal de Combate ao Cólera no Município de Itaguaí, e dá outras providências. Relator: Vicente Rocha. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após analisar a matéria em epígrafe, opina pela sua Constitucionalidade. É o parecer. Sala das Comissões, 12/11/2013. (aa) Marco Barreto; Mirian Pacheco; Vicente Rocha.

Despacho: A Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Prestação de Contas para emitir parecer. Em 12/11/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e**

Redação: Assunto: Projeto de Lei de iniciativa do Ver. Noel Pedrosa. Ementa: Dispõe sobre a instalação de lixeiras seletivas nas dependências dos Órgãos sediados no Município de Itaguaí. Relator: Vicente Rocha. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após analisar a matéria em epígrafe, opina pela sua Constitucionalidade. É o parecer. Sala das Comissões, 12/11/2013. (aa) Marco Barreto; Mirian Pacheco; Vicente Rocha. **Despacho:** A Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Prestação de Contas para emitir parecer. Em 12/11/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente.

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação: Assunto: Projeto de Lei de iniciativa do Ver^a. Mirian Pacheco. Ementa: Autoriza o Poder Executivo a instalar semáforos para pedestres. Relator: Vicente Rocha. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após analisar a matéria em epígrafe, opina pela sua Constitucionalidade. É o parecer. Sala das Comissões, 12/11/2013. (aa) Marco Barreto; Vicente Rocha; Carlos Kifer. **Despacho:** A Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Prestação de Contas para emitir parecer. Em 12/11/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Parecer da Comissão de Saúde:** Assunto: Projeto de Lei de iniciativa dos Vereadores Genildo Gandra, Noel Pedrosa e Jailson Barboza. Ementa: Cria a Central de Marcação de consulta e agendamento de exame via internet e/ou telefone e dá outras providências. Relatora: Mirian Pacheco. A Comissão de Saúde, após analisar a matéria

em epígrafe, opina favoravelmente quanto a sua aprovação. É o parecer. Sala das Comissões, 12/11/2013. (aa) Marco Barreto; Mirian Pacheco; Noel Pedrosa. **Despacho:** Aprovado. Inclua-se na Ordem do Dia da próxima Reunião em 1ª Discussão Em 12/11/2013. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Primeira Discussão Lei nº 3.180:** Dispõe sobre a obrigatoriedade do hasteamento das bandeiras do Município de Itaguaí, do Estado do Rio de Janeiro e da República Federativa do Brasil nas escolas públicas e particulares do Município de Itaguaí. O Prefeito Municipal de Itaguaí – RJ; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei: Art. 1º As instituições públicas e particulares de ensino do município estarão obrigadas após a entrada em vigor desta Lei a realizarem o hasteamento das bandeiras do Município de Itaguaí, do Estado do Rio de Janeiro e da República Federativa do Brasil nas escolas públicas e particulares do Município de Itaguaí. I - O hasteamento das bandeiras, bem como a execução dos hinos realizar-se-ão no primeiro dia útil de cada mês durante o período letivo; II- Cada instituição educacional equipar-se-á de panóplia (haste da bandeira) dentro do prazo previsto nesta Lei. Art. 2º Esta lei entra em vigor em 1 (um) ano após a data de sua publicação.(a) Luciano Carvalho Mota – Prefeito. **Despacho:** Inclua-se na Ordem do Dia da próxima reunião em Discussão Final. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Primeira Discussão Lei nº 3.181:** Dispõe sobre a criação do concurso de redação "Jovem do Futuro". O Prefeito Municipal de Itaguaí – RJ; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Fica criado no âmbito do Município de Itaguaí, o concurso de redação "Jovem do Futuro" com o tema: "A importância da consciência política de jovens e crianças. § 1º O concurso de redação será dirigido aos alunos do ensino fundamental público e privado. § 2º Os participantes deverão assistir palestras sobre o funcionamento dos poderes Legislativo e Executivo. Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Parágrafo Único - O Poder Executivo Municipal poderá firmar parcerias com a iniciativa privada para a implantação do concurso. Art. 3º A entrega do prêmio de que trata esta Lei, deverá acontecer na Câmara Municipal de Itaguaí, durante "Sessão Solene". Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria de Educação e Cultura, autorizado a regulamentar o concurso no prazo de 90(noventa) dias, a contar da data da publicação desta Lei. (a) Luciano Carvalho Mota – Prefeito. **Despacho:** Inclua-se na Ordem do Dia da próxima reunião em Discussão Final. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Primeira Discussão Lei nº 3.182:** Dispõe sobre obrigatoriedade na instalação de provadores de roupas acessíveis à população com deficiência e mobilidade reduzida e dá outras providências. O Prefeito Municipal de Itaguaí – RJ; Faço saber que a Câmara de

Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Ficam todos os estabelecimentos que comercializem roupas, vestuários, indumentárias ou similares no âmbito do Município de Itaguaí, obrigados a adequar, no mínimo um de seus provadores acessíveis às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida de acordo com, às metragens e padrões expressos nos incisos do Artigo 2º desta Lei. Parágrafo único - Os estabelecimentos comerciais a que se refere o caput deste artigo são os hipermercados, supermercados, atacadistas, shopping-centers, centros comerciais, lojas de rua ou todo e qualquer outro comércio regularmente estabelecido que comercialize roupas. Art. 2º À acessibilidade desses provadores dizem respeito á: I - dimensão mínima do boxe de 1,20 metros por 1,50 metros; II - deve haver área de giro de 1,50 metros de diâmetro; III - barras de apoio que deverão ter seção circular entre 3,0 centímetros e 4,5 centímetros, estar no mínimo 4,0 centímetros de distância da parede e devem ser feitas de material resistente e com bordas arredondadas. IV - portas com vão livre de 0,80 m (oitenta) metros e altura mínima de 2,10 metros; V - ausência de barreiras arquitetônicas; VI - elevador vertical, se o estabelecimento possuir piso superior. Art. 3º A desobediência ou inobservância do disposto no Artigo 1º desta Lei implicará aos infratores às seguintes penalidades: I - Notificação; II - Multa de R\$ 2.000 (dois mil reais), reajustados com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; III - Suspensão do Alvará de funcionamento. §1º Da data da notificação, os estabelecimentos notificados terão o prazo de 30 dias para adequação ao disposto no artigo 1º desta lei. §2º Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior, aplicar-se-á a multa prevista no inciso II. §3º Em não tendo sido atendidas as exigências do artigo 1º após trinta dias da cominação da multa, aplicar-se-á inciso III. §4º A suspensão do Alvará de Funcionamento só será cancelada após a observância do disposto no artigo 1º desta Lei. Art. 4º Os estabelecimentos têm o prazo de 120 dias (cento e vinte) para se adequarem ao disposto nesta Lei da data de sua promulgação. Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo máximo de 90 dias (noventa) da data de sua publicação. Art.6º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação. (a) Luciano Carvalho Mota – Prefeito. **Despacho:** Inclua-se na Ordem do Dia da próxima reunião em Discussão Final. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Primeira Discussão Lei nº 3.183:** Cria o "Dia Municipal da Conscientização para Cidade Limpa". O Prefeito Municipal de Itaguaí – RJ; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Fica criado o "Dia Municipal da Conscientização para Cidade Limpa", que deverá acontecer anualmente no 3º(terceiro) domingo do mês de outubro. Art. 2º Esta Lei deverá ser incluída no calendário oficial de eventos do Município, através da Secretaria de Turismo e Eventos. Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (a) Luciano Carvalho Mota –

Prefeito. **Despacho:** Inclua-se na Ordem do Dia da próxima reunião em Discussão Final. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Primeira Discussão Lei nº 3.184:** Diretrizes para a efetivação da Política Municipal de atenção à saúde da população negra. O Prefeito Municipal de Itaguaí – RJ; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Ao Município de Itaguaí, através da iniciativa do Poder Executivo, convém contar com diretrizes específicas para a efetivação da Política Municipal de atenção à saúde da população negra, considerando na política municipal de saúde o recorte raça-cor. Parágrafo Único - As diretrizes de que trata o caput deste artigo, visa gerenciar em Itaguaí a implementação da Política de Atenção à Saúde da População Negra, que deverá orientar todas as rotinas dos serviços de saúde do município, reafirmando os princípios do Sistema Único de Saúde - universalidade, a integralidade e a equidade - e observando as singularidades da população negra quanto à idade, sexo e situação socioeconômica. Art. 2º Criação, na estrutura da Secretária Municipal de Saúde, da Coordenação de Saúde da População Negra, dotada de recursos humanos e orçamentários próprios, com as seguintes funções: I- Propositiva - formulação de propostas intersetoriais de promoção da redução do risco de doenças e outros agravos. II- Articuladora - promoção da articulação entre os diversos serviços e programas da Secretaria na perspectiva da inclusão da dimensão racial. III- Coordenadora e executora - implementação de projetos especiais de impacto sobre os indicadores de saúde da população negra. Art. 3º A Política Municipal de atenção à saúde da população negra convém seguir as seguintes diretrizes na elaboração do seu desenvolvimento: I - Produção de conhecimento: a) Promoção da melhoria da informação estatística, através de procedimentos de coleta, crítica e tabulação que eliminem o sub-registro do quesito cor. b) Monitoramento das condições de saúde da população negra para subsidiar o planejamento da ação governamental, através da: produção sistemática de estatísticas vitais; análise epidemiológica da morbimortalidade desagregada por cor/raça e outras variáveis importantes no monitoramento da equidade em saúde. II- Capacitação dos profissionais de saúde: a) Promoção de treinamentos de profissionais, visando à melhoria da qualidade das fontes de informação que incluem o quesito cor e outras variáveis importantes no monitoramento da equidade em saúde: Declarações, prontuários médicos e fichas de notificação de doenças, entre outras. b) Elaboração de material instrucional, com base no conhecimento disponível sobre saúde da população negra, para utilização em treinamentos. c) Realização de seminários e eventos similares para discutir e divulgar os temas da saúde da população negra, nos serviços de saúde, escolas, universidades e organizações não-governamentais. III- Informação da população: a) Produção e distribuição ampla de manuais, cartilhas e informações técnicas

sobre a etiologia das doenças, sinais e sintomas, métodos de diagnóstico e tratamento, bem como os mecanismos de sua identificação, categorização e tratamento na medicina popular de matriz africana; b) Promoção e apoio, em parceria com os movimentos sociais, da realização de reuniões, palestras e atividades similares, abordando riscos, mecanismos de prevenção de doenças, agravos e estados mórbidos de interesse para a saúde da população negra, bem como meios de acesso aos serviços de saúde. c) Criação de mecanismos que permitam a atuação de organizações comunitárias, igrejas e de terreiros de umbanda e candomblé como multiplicadores da informação sobre os riscos, prevenção de doenças e acesso aos serviços de saúde. d) Desenvolvimento, através dos meios de comunicação de massa, de campanhas educativas pela melhoria da realidade sanitária da população da cidade. IV- Atenção à saúde: a) Instituição da Comissão de Saúde da População Negra, junto ao Conselho Municipal de Saúde. b) Introdução do quesito cor em todos os documentos do SUS, como cartão, prontuários médicos, fichas de investigação epidemiológica, fichas de notificação de doenças, inquéritos epidemiológicos e levantamentos de prevalência de doenças. c) Focalização da saúde da população negra nas ações programáticas, com ênfase nos Programas Estratégia de Saúde da Família, Agentes Comunitários de Saúde, Saúde da Mulher e Saúde do Homem. d) Priorização de ações de combate à mortalidade precoce e evitável na população negra, especialmente no que se refere à mortalidade infantil e à mortalidade materna. e) Aumento da eficácia da atenção à saúde, incorporando à prestação dos serviços o conhecimento sobre os fatores que intervêm nas condições de saúde da população negra, de modo a permitir: que os espaços tradicionais de matriz africana sejam pólos de difusão de práticas de promoção da saúde; elaboração de programas de informação, educação e comunicação levem em conta práticas populares de cuidado com a saúde. f) Otimização da Assistência à Anemia Falciforme e à Assistência em Reprodução Humana. g) Levantamento e acompanhamento da distribuição dos recursos humanos e materiais, de modo a garantir a sua alocação equitativa em áreas de concentração de população negra. Art. 4º Na Política Municipal de atenção à saúde da população negra, será contemplada a responsabilidade compartilhada na articulação do seu pleno desenvolvimento, entre as diversas áreas do poder público, empresas situadas no Município e com organizações da sociedade civil representativas da população negra. Art. 5º As despesas de implantação desta Lei correrão por conta de auxílio financeiro federal, ou seja, recursos financeiros específicos para a implementação da Política de Saúde da População Negra, oriundo a articulação interssetorial com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Termo de Compromisso MS/Seppir), suplementadas se

necessárias pelas dotações orçamentárias oriundas de parceria público-privada. Art. 6º Estas diretrizes para a efetivação da Política Municipal de atenção à saúde da população negra entrará em vigor a partir do primeiro dia do ano 2014, revogadas as disposições em contrário. (a) Luciano Carvalho Mota – Prefeito. **Despacho:** Inclua-se na Ordem do Dia da próxima reunião em Discussão Final. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Primeira Discussão Lei nº 3.185:** Dá nome oficial a logradouro público e dá outras providências. O Prefeito Municipal de Itaguaí – RJ; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei: Art. 1º O logradouro público conhecido como Rua Santo Antônio, no Bairro Monte Serrat, passa a denominar-se Roberto Angrilli. Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias. (a) Luciano Carvalho Mota – Prefeito. **Despacho:** Inclua-se na Ordem do Dia da próxima reunião em Discussão Final. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Primeira Discussão Lei nº 3.186:** Estabelece diretrizes para a Política Municipal de Educação Alimentar Escolar e Combate à Obesidade, e dá outras providências. O Prefeito Municipal de Itaguaí – RJ; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei: Art. 1º O Poder Público Municipal, quando da formulação e realização da Política Municipal de Educação Alimentar Escolar e Combate a Obesidade, se pautará pelas diretrizes desta Lei, como objetivos ou ações, entre outras possíveis e necessárias para garantir o direito à segurança alimentar e nutricional da merenda escolar, atendendo a primeira infância, as crianças, os adolescentes, e suas famílias. Art. 2º São diretrizes da Política Municipal de Educação Alimentar e Combate a Obesidade: I - a promoção e a incorporação do direito a alimentação escolar adequada; II- acesso à alimentação de qualidade e de modos de vida saudável, privilegiando alimentos "in natura"; III- A promoção da educação alimentar e nutricional considerando os hábitos alimentares e respeitando a faixa etária; IV- o fortalecimento das ações de vigilância sanitária dos alimentos; V- o apoio à agricultura , especialmente de natureza associativa e agricultura familiar; VI- a preservação e a recuperação do meio ambiente e dos recursos hídricos; VII- a promoção da participação permanente dos diversos segmentos da sociedade civil. Art. 3º As crianças, adolescentes e suas famílias deverão receber orientação sobre alimentação saudável, preferencialmente nos projetos pedagógicos respeitando os diferentes níveis de aprendizado , por meio de material didático, a ser utilizado nas atividades desenvolvidas nas escolas de educação infantil e básica sobre a obesidade. Art. 4º A instituição gradativa da Política Municipal de Educação Alimentar Escolar e Combate à Obesidade terão como objetivos: I- estabelecer a avaliação periódica das crianças e adolescentes nas unidades escolares, com medição de peso, altura e circunferência

abdominal; II- estimular a prática de atividades físicas; III- incentivar o consumo de alimentos naturais, aumentar a oferta de frutas e hortaliças, e a redução do consumo de sal; IV- desenvolver oficinas de culinária nas escolas, incluindo, quando possível, os familiares; V- incorporar o tema "Alimentação Saudável" no projeto político pedagógico das escolas de educação infantil e básica, perpassando as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano das atividades escolares ; VI- estimular as práticas agrícolas sustentáveis , que valorizam o cuidado com a terra e a água, buscando impactos sociais e ambientais e visando a preservação de recursos naturais; VII - promoção de alimentos frescos e o estímulo à alimentação equilibrada, colorida e saudável; VIII- criar incentivos para a participação de profissionais em cursos e treinamentos de atualização que envolva o tema alimentação saudável. Parágrafo único- As instituições da sociedade civil organizada e as entidades públicas de todas as esferas de governo poderão contribuir com sugestões, informações e recursos humanos e materiais para a plena consecução dos objetivos visados nesta Lei através da celebração de convênios, acordos e parcerias com o Poder Público Municipal. Art. 5º O Poder Público Municipal levará em consideração para a efetivação da Política Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento na Primeira Infância: I- criação do Programa Educação Alimentar Escolar; II- estabelecer instrumentos legais no Plano Diretor da cidade que assegure espaços voltados às necessidades e características da Política Municipal de Educação Alimentar e Combate à Obesidade em instituições de educação infantil e básica. Parágrafo único - O Programa Educação Alimentar Escolar e Combate à Obesidade, previsto no inciso I deste artigo, deverá ser formulado pelo Poder Executivo no prazo máximo de um ano contado da publicação desta Lei. Art. 6º O foco de todas as iniciativas tomadas com base nas diretrizes estabelecidas nesta lei deverá ser a ação preventiva e o combate à: I- obesidade; II- sobrepeso; III- hipertensão arterial; IV- diabetes tipo II; V- hipercolesterolemia; VI- aumento das triglicérides; VII - desenvolvimento de câncer; VIII- problemas cardíacos; IX- doenças crônicas não transmissíveis; X- imobilidade humana; XI- instabilidade emocional e nas relações sociais; XII- exclusão social; XIII- mortalidade. Art. 7º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (a) Luciano Carvalho Mota – Prefeito. **Despacho:** Inclua-se na Ordem do Dia da próxima reunião em Discussão Final. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Primeira Discussão Lei nº 3.187:** Diretrizes para a efetivação do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial (PMPiR). O Prefeito Municipal de Itaguaí – RJ; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei: Art.1º O Município de Itaguaí,

através da iniciativa do Poder Executivo, convém contar com diretrizes específicas para a efetivação do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial (PMPIR). Parágrafo Único - As diretrizes de que trata o caput deste artigo, visa gerenciar em Itaguaí a organização, a implementação e a articulação do conjunto de medidas, programas, serviços e políticas de ação afirmativa destinados a superar as desigualdades étnicas existentes no Município. São destinadas a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Art. 2º São diretrizes do PMIPR: I- Promover a mudança de paradigmas no que concerne a cultura da discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada; II- Promover ações da sociedade e políticas públicas afirmativas - ações, medidas e programas - que garantam a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão itaguaiense, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais; III- Estabelecer apoio e fortalecimento de iniciativas oriundas da sociedade civil direcionadas à promoção da igualdade de oportunidades e ao combate às desigualdades étnicas, inclusive mediante a implementação de incentivos e critérios de condicionamento e prioridade no acesso aos recursos públicos; IV- Estimular a articulação das ações do poder público com as da sociedade civil organizada a fim de protagonismo social do Plano Municipal da Promoção da Igualdade Racial. V- Estabelecer como diretriz político-jurídica civil organizada a inclusão das vítimas de desigualdade étnico-racial, a valorização da igualdade étnica e o fortalecimento da identidade nacional brasileira. Art. 3º São objetivos do PMIPR: I- promover a igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes do racismo, inclusive mediante adoção de ações afirmativas; II- formular políticas destinadas a combater os fatores de marginalização e a promover a integração social da população negra; III- descentralizar a implementação de ações afirmativas pelos governos estaduais, distrital e municipais; IV- articular planos, ações e mecanismos voltados à promoção da igualdade étnica; V- garantir a eficácia dos meios e dos instrumentos criados para a implementação das ações afirmativas e o cumprimento das metas a serem estabelecidas. Art. 4º Na implementação das medidas, dos programas e das ações do PMIPR deverão ser observadas as políticas de ação afirmativa e

outras políticas públicas que tenham como objetivo promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social da população negra, especialmente no que tange a: I- promoção da igualdade de oportunidades em educação, emprego e moradia; II- financiamento de pesquisas, nas áreas de educação, saúde e emprego, voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população negra; III- incentivo à criação de programas e veículos de comunicação destinados à divulgação de matérias relacionadas aos interesses da população negra; IV- incentivo à criação e à manutenção de microempresas administradas por pessoas autodeclaradas negras; V- iniciativas que incrementem o acesso e a permanência das pessoas negras na educação fundamental, média, técnica e superior; VI- apoio a programas e projetos de entidades da sociedade civil voltados para a promoção da igualdade de oportunidades para a população negra; VII- apoio a iniciativas em defesa da cultura, da memória e das tradições africanas e brasileiras.

Art. 5º Convém instituir o Conselho de Promoção da Igualdade Étnica de Itaguaí (COPIEI), de caráter permanente e consultivo, compostos por igual número de representantes de órgãos e entidades públicas e de organizações da sociedade civil representativas da população negra.

Art. 6º As despesas de implantação desta lei correrão por conta de auxílio financeiro federal oriundo do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, de responsabilidade da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - SEPPIR, que priorizará o repasse dos recursos referentes aos programas e atividades previstos pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), suplementadas se necessárias.

Art. 7º Sem prejuízo da destinação de recursos ordinários, poderão ser consignados nos orçamentos fiscal e da seguridade social para financiamento das ações de que trata o art. 4º : I - transferências voluntárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; II- doações voluntárias de particulares; III - doações de empresas privadas e organizações não governamentais, nacionais ou internacionais; IV- doações voluntárias de fundos nacionais ou internacionais; V- doações de Estados estrangeiros, por meio de convênios, tratados e acordos internacionais.

Art. 8º Estas diretrizes para a efetivação do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial convêm entrar em vigor a partir do primeiro dia do ano 2014, revogadas as disposições em contrário.

(a) Luciano Carvalho Mota – Prefeito. **Despacho:** Inclua-se na Ordem do Dia da próxima reunião em Discussão Final. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. Nada mais havendo para constar, o Sr. Presidente encerrou a presente Sessão, outra logo a seguir. Nós, Domingos, Joselaine e Milton a redigimos.

Presidente

Vice Presidente

Primeiro Secretário

Segundo Secretário